



EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2018

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

PREÂMBULO

1

A CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM -CMCI, por intermédio de sua Pregoeira e equipe de apoio, que abaixo subscreve designados pelo Decreto nº 2625/2017 de 02 de Janeiro de 2017 e ainda Portaria 319/2017 de 13 de Novembro de 2017, observadas as disposições contidas na Lei Federal nº. 10.520/2002 Lei Complementar Federal nº. 123/2006 e alterações, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, a Lei Federal nº. 8.666/1993 com suas alterações torna público que fará realizar Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR **ITEM** (art. 45, §1º, inc. I – Lei 8.666/93), destinada à PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, objetivando a contratação de empresa para fornecimento de **APARELHO DE AR CONDICIONADO E SERVIÇO DE INSTALAÇÃO** de acordo com o disposto no presente edital e respectivos anexos, que dele passam a fazer parte integrante, para todos os efeitos, que será realizada no dia **24 de Outubro de 2018**, às **10:00 h**, em sua sede à Pça Jerônimo Monteiro, nº 70, Centro, Cachoeiro de Itapemirim/ES. Processo administrativo nº **71350/2018 e 71370/2018**

1. DO OBJETO

1.1. **AQUISIÇÃO DE APARELHO DE AR CONDICIONADO E SERVIÇO DE INSTALAÇÃO** - Anexo I deste Edital.

2. DA DIVULGAÇÃO, ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL.

2.1. As microempresas e empresas de pequeno porte que tiverem interesse em participar do certame deverão retirar o presente edital na Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, no endereço mencionado no preâmbulo deste Edital, das 7h às 13 h, em dias úteis, de segunda a sexta-feira, ou através do site **<http://cachoeirodeitapemirim.es.leg.br>**

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



2.2. Compete a cada licitante fazer um minucioso exame do Edital, e das condições nele estabelecidas, obrigando-se a acompanhar as publicações referentes ao processo no site **<http://cachoeirodeitapemirim.es.leg.br>**, bem como as publicações oficiais, com vistas a possíveis alterações.

2.3. Os pedidos de esclarecimentos objetivando elucidar as divergências, dúvidas ou erros porventura encontrados, devem ser enviados a Pregoeira até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, através do endereço eletrônico licitacao@cmci.es.gov.br ou ainda pelo telefone (28) 3526-5619. Os esclarecimentos serão respondidos até o dia anterior marcado para a realização da sessão pública.

2.4. Impugnações aos termos deste Edital poderão ser interpostas por cidadão, até o 5º dia útil, e por licitantes, até o 2º dia útil, que anteceder a abertura das propostas, devendo ser protocolado no setor de protocolo da CMCI no endereço constante no preâmbulo deste Edital, das 7 h às 16 h, ou enviada para o endereço eletrônico licitacao@cmci.es.gov.br

2.5. Decairá do direito de impugnar o Edital, o interessado que não o fizer dentro do prazo legal estipulado no item anterior, assim como não serão conhecidas as impugnações protocoladas fora do local previsto no preâmbulo deste Edital; endereçadas por outras formas ou outros endereços eletrônicos, e caso não tenha sido acusado recebimento pelo Pregoeiro, e que, por isso, sejam intempestivas; subscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

2.6. A impugnação do Edital deverá ser dirigida a Pregoeira, indicando o número do Pregão, assim como o telefone e o e-mail do impugnante. Na mesma oportunidade deverá ser juntado documento que comprove a aptidão do signatário para a representação da empresa licitante.

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



2.7. Acolhida à impugnação, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

2.8. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília - DF.

3. DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO.

3.1. Poderão participar desta licitação somente microempresas e empresas de pequeno porte nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, e que atenderem todas as exigências contidas neste Edital e seus anexos, além das disposições legais, independentemente de transcrição e que desenvolvam as atividades pertinentes ao objeto desta licitação, sendo vedada a participação de empresa:

I. que estejam cumprindo pena de suspensão temporária de participação em licitação e/ou impedimento de contratar com a Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim;

II. declarada inidônea para licitar ou contratar com quaisquer órgãos da Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;

III. que incidir no estipulado no art. 9º da Lei nº 8.666/1993 e inciso V do Artigo 27 da lei nº. 8.666/93;

a) Entende-se por "participação indireta" a que alude o art. 9º da Lei nº 8.666/93 a participação no certame de empresa em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócia, pouco importando o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório.

"Feliz a nação cujo Deus é o Senhor"



3.2. As MICROEMPRESAS OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE para fins de exercício de quaisquer dos benefícios previstos na Lei Complementar 123/2006, deverão apresentar junto ao CREDENCIAMENTO ou, facultativamente, junto à PROPOSTA DE PREÇOS no Envelope nº. 1, os seguintes documentos:

I - Declaração de que não está incursa em nenhuma das vedações do art. 3º. § 4º. da Lei Complementar nº. 123/2006, conforme Anexo VI;

II - Certidão expedida no presente exercício pelo Órgão competente, a saber: Registro de Empresas Mercantis (Junta Comercial) ou Registro Civil de Pessoas Jurídicas (Cartório), conforme o caso, do local onde a pessoa jurídica tenha sido registrada, atestando que a empresa se enquadra na condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, na forma do artigo 3º. da Lei Complementar 123/2006.

4. DO CREDENCIAMENTO

4.1. O credenciamento se dará no mesmo local e data do preâmbulo, das 09:00 h às 10:00 horas, sendo imprescindível para que o interessado possa realizar lances verbais e sucessivos, bem como manifestar interesse recursal.

4.2. As empresas licitantes poderão ser representadas na sessão do Pregão por proprietário, sócio ou administrador, desde que seja apresentada original ou cópia autenticada dos seguintes documentos:

I - Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e seus termos aditivos em vigor, em se tratando de sociedades comerciais, e no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; Registro Comercial, no caso de empresa individual; Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício; devidamente registrados na Junta Comercial ou no cartório de pessoas jurídicas;

II - Documento de identidade, com foto, do representante.

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



4.3. A representação também poderá ser feita por credenciado constituído, desde que sejam apresentados os seguintes documentos:

I - Procuração pública; ou particular; ou ainda mediante Termo de Credenciamento - Anexo II, que comprove a outorga de poderes específicos e necessários para prática de todos os atos inerentes ao procedimento de licitação;

II - Documentos de qualificação jurídica da empresa conforme inciso "I" do item 4.2, que comprove os poderes do mandante para a outorga (cópia autenticada ou original);

III - Documento de identidade, com foto, do credenciado constituído (cópia autenticada ou original).

4.4. Para fins de representação, admitir-se-á apenas um representante para cada licitante credenciado.

4.5. Caso o proponente não compareça, mas envie toda a documentação necessária dentro do prazo estipulado, participará do Pregão com a primeira proposta apresentada quando do início dos trabalhos, renunciando a apresentação de novas propostas e a interposição de recursos.

4.6. Na mesma fase de credenciamento as licitantes deverão apresentar a DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO DAS EXIGÊNCIAS HABILITATÓRIAS, conforme modelo disposto no Anexo III deste Edital.

4.7. Em cumprimento ao disposto no art. 4º, VII da Lei nº. 10.520/02 a declaração referente ao Anexo III deverá ser entregue separadamente dos envelopes nº. 1 - PROPOSTA e nº. 2 - HABILITAÇÃO.

"Feliz a nação cujo Deus é o Senhor"



4.8. Caso o licitante não se faça presente deverá remeter a declaração de que trata o Anexo III em envelope apartado, que deverá trazer os seguintes dizeres:

Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim - PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2018.

Envelope DECLARAÇÃO.

4.9. Na hipótese dos licitantes não apresentarem, no momento da entrega dos envelopes, a declaração de caráter obrigatório, prevista no Anexo III, o Pregoeiro disponibilizará a estes um modelo de declaração que poderá ser preenchido e assinado pelo representante credenciado. As empresas que não apresentarem esta declaração não poderão entregar os referidos envelopes, recebendo-os de volta lacrados, se for o caso.

4.10. A empresa licitante que apresentar declaração falsa responderá por seus atos na esfera civil, penal e administrativa.

5. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO

5.1. No dia, hora, e local mencionados no preâmbulo deste Edital, o Pregoeiro receberá dos licitantes os envelopes (PROPOSTA e HABILITAÇÃO) referentes a este Pregão, que serão registrados em ata, bem como os nomes dos licitantes presentes, não sendo aceita, a partir desse momento, a admissão de novos licitantes.

5.2. Em nenhuma hipótese serão recebidos quaisquer dos envelopes fora do prazo estabelecido neste Edital.

5.3. Os envelopes (PROPOSTA e HABILITAÇÃO) serão entregues separadamente, devendo estar lacrados, indevassáveis e rubricados no fecho, contendo na parte externa, além da Razão Social completa do proponente (CNPJ) os seguintes dizeres:

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



Envelope nº. 1 – PROPOSTA DE PREÇOS

Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim.

Pregão Presencial nº. 13/2018.

Envelope nº. 2 – HABILITAÇÃO

Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim.

Pregão Presencial nº. 13/2018.

7

5.4. O Envelope nº. 1 – PROPOSTA – deverá conter as informações/documentos exigidos no item 6 deste Edital, e o Envelope nº. 2 – HABILITAÇÃO – deverá conter os documentos/informações exigidos no item 7 deste Edital.

5.5. Os documentos necessários à participação na presente licitação poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de nota, ou por membro da Comissão Permanente de Licitação da CMCI, ou publicação em órgão da imprensa oficial.

5.6. Não será realizado por esta Comissão Permanente de Licitação autenticação de documentação baseada em cópia autenticada, devendo para tanto, ser apresentado documento original.

5.7. As certidões retiradas por meio eletrônico deverão ser apresentadas em documento original, dentro do prazo de validade, sujeitando-as às verificações, caso necessário.

5.7.1. Caso o licitante apresente o documento em modo cópia, com ou sem autenticação, somente será aceito caso haja possibilidade de constatação mediante o site da internet, ou apresentação de original, no ato da sessão.

5.8. Caso a empresa licitante seja isenta de algum documento exigido no presente Edital, deve a mesma fazer prova à exigência, dentro do envelope, através de declaração do órgão expedidor do aludido documento.

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



5.9. É vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da documentação.

6. DA PROPOSTA DE PREÇOS (ENVELOPE Nº 1)

8

6.1. A proposta de preços deverá ser apresentada no envelope nº 1, redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, devidamente datada e assinada por representante legal (administrador contratual) ou por procurador legalmente constituído, com identificação da razão social e número registrado no CNPJ, endereço, número de telefone/fac-símile, e-mail, sem alternativas, emendas, borrões, rasuras, ressalvas, entrelinhas ou omissões, salvo se, equivocadamente, tais falhas não acarretarem lesões ao direito dos demais licitantes, prejuízos à administração ou não impedirem a exata compreensão de seu conteúdo e deverá conter, além de outras informações de livre disposição, o seguinte:

I. Discriminação do serviço conforme especificações e condições do Termo de Referência - Anexo I, devendo sempre que possível, trazer as mesmas expressões, evitando sinônimos técnicos, omissões ou acréscimos referentes à sua especificação.

II. Preço unitário e total (algarismo), devendo ser cotado em moeda brasileira (Real) e com até 2 casas decimais após a vírgula (R\$ 0,00), bem como valor total da proposta em algarismo e por extenso. Ocorrendo diferença entre os preços unitário e total, prevalecerão sempre os primeiros e havendo divergência entre os valores em algarismos e por extenso, a Pregoeira procederá às correções necessárias.

6.1.1. As exigências supramencionadas deverão ser atendidas de forma expressa, sob pena de desclassificação da proposta, ressalvadas as hipóteses previstas no item deste Edital.

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



6.2. Nos preços mantidos na proposta escrita e naqueles que porventura vierem a ser ofertados através de lances verbais, deverão estar inclusos, obrigatoriamente, todos os custos necessários ao fornecimento do objeto da presente licitação, tais como os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, impostos, taxas, transportes, fretes, seguros e os demais gravames que possam incidir sobre o objeto licitado.

6.2.1. A Câmara Municipal não admitirá qualquer alegação posterior que vise ao ressarcimento de custos não considerados na proposta feita pelo licitante sobre os preços cotados;

6.3. Fica vedada a apresentação de proposta condicionada a qualquer valor mínimo de faturamento por nota fiscal.

6.4. A simples apresentação da proposta de preço, acondicionada em envelope, coincide com a sua formalização e implica que a licitante aceita:

I. que o prazo de validade da proposta de preço apresentada é de no mínimo 90 (noventa) dias, contados da data de realização desta licitação;

II. que está de acordo com todas as regras estabelecidas neste Edital, inclusive seus anexos, obrigando-se ao cumprimento de todas as exigências nele contidas.

6.5. Ficam vedadas a cessão, transferência, ou subcontratação total ou parcial do objeto desta licitação, pela licitante vencedora a outra empresa.

6.6. Cada licitante somente poderá apresentar uma proposta de preço. Caso apresente mais de uma, a Pregoeira considerará aquela mais vantajosa para o Município.

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



6.7. O preço ofertado na proposta ou em cada lance será de exclusiva e total responsabilidade da empresa licitante, não podendo ser alterado após a sua manifestação, com exceção da negociação constante no art. 4º, XVII da Lei nº 10.520/2002.

6.8. As microempresas ou empresas de pequeno porte, que não apresentaram na fase de Credenciamento os documentos citados no item 3.2, incisos "I" e "II" deste Edital, necessários para identificação e exercício dos benefícios da Lei Complementar nº. 123/2006 poderão apresentá-los junto à Proposta de Preços no Envelope nº. 1.

10

7. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (ENVELOPE Nº 2)

7.1. Os licitantes deverão apresentar no Envelope nº 2 – HABILITAÇÃO, os documentos abaixo enumerados, sob pena de inabilitação:

I. Habilitação Jurídica:

a) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrados e suas alterações (ou última alteração consolidada), em se tratando de sociedade comercial, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição dos seus administradores;

b) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

c) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

I.I. Caso os documentos referentes à Habilitação Jurídica tenham sido juntados no momento do Credenciamento, e uma vez comprovada às informações mencionadas no subitem imediatamente anterior, fica o proponente dispensado de fazer nova apresentação de documentação no Envelope nº 2 – HABILITAÇÃO.

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



II. Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a) Inscrição do licitante no Cadastro de Pessoas Jurídicas – CNPJ;
- b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de Regularidade (certidão) com a Fazenda Municipal (sede da Empresa);
- d) Prova de Regularidade (certidão) com a Fazenda Estadual (sede da Empresa);
- e) Prova de Regularidade (certidão) com a Fazenda Federal (Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União);
 - e.1) A partir de 03/11/2014, não existe mais a emissão de certidão específica, relativa a Contribuições Previdenciárias (INSS) para CNPJ, que passam a constar de certidão única e conjunta com os demais tributos federais. O contribuinte que possuir a Certidão Específica Previdenciária (INSS) e a Certidão Conjunta PGFN/RFB, dentro do período de validade nela indicados, poderá apresentá-las conjuntamente.

Entretanto, se possuir apenas uma das certidões ainda no prazo de validade, terá que emitir a certidão que entrou em vigência em 03 de novembro de 2014 e abrange todos os créditos tributários federais administrados pela RFB e PGFN. – Disponível em <http://www.receita.fazenda.gov.br/grupo2/certidoes.htm>
- f) Prova de Regularidade (certidão) com o FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço);
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, conforme Lei 12.440/2011;

III. Qualificação Econômico-Financeira

- a) Certidão Negativa de Falência ou Concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão,

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



ou, na omissão desta, expedida há no máximo 60 (sessenta) dias antes, contados da data da abertura deste Pregão;

b) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

c) Comprovação de que a licitante está em boa situação financeira, através da apresentação dos seguintes índices:

ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE (ILC) IGUAL OU SUPERIOR A 1,0 (UM) OBTIDO PELA FÓRMULA:

$$ILC = \frac{AC}{PC}$$

ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL (ILG) IGUAL OU SUPERIOR A 1,0 (UM) OBTIDO PELA FÓRMULA:

$$ILG = \frac{AC + RLP}{PC + ELP}$$

ÍNDICE DE ENDIVIDAMENTO IGUAL OU INFERIOR A 0,50 (ZERO VÍRGULA CINQUENTA) CALCULADO PELA FÓRMULA:

$$IE = \frac{PC + ELP}{AT}$$

ONDE:

AC = ATIVO CIRCULANTE

PC = PASSIVO CIRCULANTE

RLP= REALIZÁVEL À LONGO PRAZO

ELP= EXIGÍVEL À LONGO PRAZO

PC = PASSIVO CIRCULANTE

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



ELP= EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

AT = ATIVO TOTAL

d) O Índice de Liquidez Corrente (ILC) inferior a 1,00 (hum), desqualifica a Empresa ou Firma..

e) O balanço e demonstrações solicitados deverão ser representados por cópias reprográficas das páginas do livro diário onde se acham transcritos, acompanhadas de cópia reprográfica de seu Termo de Abertura e de Encerramento, comprovando registro na junta Comercial. Poderá também ser apresentada cópia reprográfica de publicação em jornal, na forma de Lei. As cópias deverão ser autenticadas.

f) Quando o balanço patrimonial do último exercício social estiver encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, poderá apresentá-los atualizados através da variação de índices oficiais do mês de encerramento, devendo indicar a data de atualização.

g) As empresas recém-constituídas deverão apresentar Balanço de Abertura, devidamente registrado na repartição competente.

IV. **Qualificação Técnica**

a) Apresentação de Atestado(s) de Capacidade Técnica em nome da empresa licitante, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a aptidão para o fornecimento compatível com as características indicadas no Termo de Referência – Anexo I do Edital, devendo ser apresentado em original ou cópia por qualquer processo de autenticação, sem emendas ou rasuras, constando os dados da empresa contratada e assinado(s) por seu representante legal.

a.1) A Pregoeira poderá promover diligências para averiguar a veracidade das informações constantes nos documentos apresentados, caso julgue necessário, estando sujeita à inabilitação, a licitante que apresentar documentos em desacordo com as informações obtidas pela Equipe de Pregão, além de incorrer nas sanções previstas nas

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



Leis nºs 10520/2002 e 8666/1993.

V. Apresentação de Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo para Licitar, conforme Anexo IV deste Edital, devendo conter a identificação da empresa licitante.

VI. Apresentação de Declaração de Cumprimento ao Disposto no Inciso XXXIII do Art. 7º. da Constituição Federal, conforme Anexo V deste Edital, devendo conter a identificação da empresa licitante.

14

8. DO PROCEDIMENTO DA SESSÃO E JULGAMENTO

8.1. No dia, hora e local designados no preâmbulo do Edital, será realizada sessão pública para recebimento das propostas e da documentação de habilitação, devendo o interessado, ou seu representante, proceder ao respectivo credenciamento e, se for o caso, comprovar a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de os demais atos inerentes ao certame.

8.2. Aberta a sessão, os interessados ou seus representantes, apresentarão declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação, conforme estabelece o inciso VII do art. 4º da Lei 10.520 de 17 de julho de 2002 (Anexo III) e entregarão dois envelopes separados, contendo em um deles a proposta de preços com a indicação do objeto e do preço oferecidos e em outro os documentos de habilitação.

8.3. A Pregoeira procederá à abertura do Envelope nº. 1 – PROPOSTA DE PREÇOS, verificando a conformidade das propostas com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório, julgando-as e classificando-as pelo menor preço, considerando, para tanto, as disposições da Lei 10.520/2002, principalmente as previstas no Artigo 4º, inciso VIII, IX e X.

8.4. Não é possível a desistência da oferta. A entrega da proposta acondicionada em um envelope coincide com a sua formalização, pois os envelopes entregues serão imediatamente abertos e efetuado a verificação do atendimento dos requisitos do instrumento convocatório, conforme determina o art. 4º, inciso VII, da Lei

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



10.520/2002, sujeitando o proponente desistente às penalidades previstas em lei e neste Edital.

8.5. A análise das propostas pela Pregoeira visará o atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas cujo objeto não atenda às especificações, prazos e condições neles fixados; sejam omissas, vagas ou apresentem irregularidades ou defeitos capazes de impedir o julgamento; e que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes.

15

8.6. No curso da sessão, o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor.

8.7. Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de 3 (três), oferecer novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos;

8.8. Classificadas as propostas, a Pregoeira convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentarem lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.

8.9. A desistência em apresentar lance verbal, quando convidado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas.

8.10. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o proponente desistente às penalidades previstas em lei e neste Edital. Dos lances ofertados não caberá retratação.

8.11. Não havendo mais interesse dos licitantes em apresentar lance verbal, será encerrada a etapa competitiva e ordenada as ofertas, exclusivamente pelo critério de menor preço.

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



8.12. A Pregoeira poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço. Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar, quanto ao objeto e valor, e decidirá motivadamente a respeito da sua aceitabilidade.

8.13. A Pregoeira poderá decidir, justificadamente, pela suspensão do Pregão, para melhor avaliação das regras editalícias e aspectos pertinentes ao preço cotado, podendo também optar pela repetição do procedimento.

8.14. A Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, já declarada e certificada neste certame para usufruir dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, gozará dos seguintes tratamentos diferenciados e favorecidos quanto à regularização dos documentos fiscais:

I. Deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

II. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, na forma do art. 43 § 1º. da Lei Complementar nº. 123/2006.

III. A não-regularização da documentação, no prazo previsto na inciso II deste item, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação, na forma do art. 43 § 2º da Lei Complementar nº. 123/2006 c/c o art. 4º, inciso XXIII da Lei nº 10.520/2002.

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



8.15. Sendo aceitável a proposta de menor preço por item, será aberto o Envelope nº. 2 – HABILITAÇÃO – do licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias conforme previstas neste edital.

8.16. Será admitida a comprovação de regularidade através da Internet, por meio de consulta aos sítios oficiais durante a sessão, para verificação da autenticidade, inclusive, para suprir data vencida em algum documento. A Pregoeira não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos de informações, no momento da verificação da habilitação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, o licitante será inabilitado.

8.17. Se a oferta não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, a pregoeira examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

8.18. Constatado o atendimento às exigências fixadas neste edital (PROPOSTA e HABILITAÇÃO), a(s) licitante(s) será(ão) habilitada(s) e declarada(s) vencedora(s), sendo- lhe(s) adjudicado o objeto do certame, caso não ocorra a manifestação de recurso.

8.19. O proponente é responsável pelas informações e documentações apresentadas, sendo motivo de desclassificação ou inabilitação a prestação de quaisquer dados ou documentos falsos. A desclassificação ou inabilitação poderá ocorrer em qualquer fase, se porventura o Pregoeiro vier a tomar conhecimento de fatos que contrariem as disposições contidas neste Edital ou que desabonem a idoneidade do proponente.

8.20. A Pregoeira ou a autoridade superior poderá solicitar esclarecimentos e promover diligências, em qualquer momento e sempre que julgar necessário, fixando prazo para atendimento, destinados a elucidar ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente em qualquer dos envelopes.

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



8.21. A Pregoeira, durante a sessão, poderá estipular normas, procedimentos, prazos e demais condições que julgar necessário a fim de pôr ordem ao certame.

8.22. Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá ser assinada pela pregoeira, membros da equipe de apoio e licitantes presentes.

9. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

9.1. Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 3 (três) dias para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

9.2. Os recursos contra decisões da pregoeira terão efeito suspensivo, na forma do Artigo 109 § 2º. da Lei nº. 8.666/93 e o seu acolhimento importará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.3. A petição poderá ser feita na sessão, e se oral, será reduzida a termo em Ata.

9.4. A falta de manifestação imediata e motivada do licitante importará decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

9.5. Os recursos poderão ser acolhidos somente após a verificação dos requisitos de admissibilidade, quais sejam: sucumbência, tempestividade, legitimidade, interesse e motivação por parte do licitante. (Acórdão TCU nº 339/2010 – Plenário).

9.6. Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor.

9.7. Não serão conhecidos os recursos protocolados fora do local previsto no preâmbulo deste Edital, apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



9.8. Para efeito do disposto no § 5º do artigo 109 da Lei n.º 8.666/1993, fica a vista dos autos do deste processo franqueada aos interessados.

10. DA HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

10.1. Inexistindo interposição de recurso, a Pregoeira adjudicará o objeto ao vencedor, submetendo-o posteriormente à autoridade competente, para a homologação.

19

10.2. Havendo recurso, a autoridade competente deve decidir sobre ele e, caso indeferido, promoverá a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor e posteriormente sua homologação.

10.3. Caso o recurso seja deferido e se, em razão disso, houver a necessidade de retomar a sessão do pregão para refazer atos administrativos praticados em dissonância à lei, a autoridade competente deve encaminhar a decisão ao pregoeiro, ordenando a ele a prática dos atos pertinentes.

10.4. Homologada a licitação pela autoridade competente, o adjudicatário será convocado para assinar o Contrato dela decorrente, no prazo definido neste Edital, mediante notificação ao representante legal ou credenciado, através de documento formal ou na sua impossibilidade, seja realizada via fax, telefone ou e-mail constante da proposta.

11. DA ENTREGA DO MATERIAL

11.1. O licitante vencedor deverá entregar o material licitado sob as condições estipuladas no Termo de Referência - Anexo I e demais documentos integrantes deste Edital, obedecendo rigorosamente aos prazos neles estipulados, podendo ser modificado, desde que plenamente justificado, atendendo ao interesse e conveniência da Câmara Municipal.

11.2. Se o licitante vencedor, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, recusar-se a entregar o material licitado, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao Edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor, de acordo com o disposto no Art. 4º, Inciso XVI e XXIII

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



da Lei 10.520/2002, independentemente da cominação prevista no art. 7º da Lei nº. 10520/2002.

12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

20

12.1. As despesas decorrentes desta licitação serão suportadas pelos recursos destinados no Orçamento da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, conforme a seguir:

4.4.90.52.06 – APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS

3.3.90.39.17 – MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS

13. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

13.1. O pagamento será efetuado mediante o fornecimento de Nota Fiscal a Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, bem como os documentos de regularidade fiscal exigidos no inciso XIII do art. 4º da Lei 10.520/2002, que depois de conferidos e visados, serão encaminhados para processamento e pagamento no prazo de até 30 (trinta) dias após a respectiva apresentação.

13.2. No texto da Nota Fiscal deverão constar, para compor o processo de prestação de contas, o número do procedimento da licitação, o objeto, a marca do material, os valores unitário e total, o número do processo que deu origem à aquisição e as informações referentes à origem dos recursos que financiam esta contratação, as quais estarão disponíveis na nota de empenho.

13.3. A Nota Fiscal deverá conter o mesmo CNPJ e razão social apresentados na etapa de credenciamento e acolhidos nos documentos de habilitação.

13.4. Qualquer alteração feita no contrato social, ato constitutivo ou estatuto que modifique as informações registradas no Pregão, deverá ser comunicado a Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, mediante documentação própria, para apreciação da autoridade competente.

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



13.5. Ocorrendo erros na apresentação do documento fiscal, ou outra circunstância impeditiva, o mesmo será devolvido à contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação do novo documento, devidamente corrigido.

13.6. A Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar à contratada, os valores que a qualquer título lhe forem devidos pela contratada, em decorrência de descumprimento de suas obrigações.

21

13.7. Para a efetivação do pagamento, a Contratada deverá manter as condições previstas neste Edital no que concerne a proposta de preço e a habilitação.

13.8. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada caso exista pendência quanto à Justiça do Trabalho e às Fazendas Federal, Estadual e Municipal, incluída a regularidade relativa à Seguridade Social, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

13.8.1. O descumprimento, pela Contratada, do estabelecido no item 13.8, não lhe gera direito a alteração de preços ou compensação financeira.

13.9. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, creditada na conta-corrente da Contratada.

13.9.1. O CNPJ ou CPF constante do respectivo processo e o CNPJ ou CPF da conta bancária deverão ser coincidentes.

13.9.2. De acordo com o § 2º do art. 1º da Portaria Municipal nº 465/05, não serão efetuados créditos em contas:

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



- I. de empresas associadas;
- II. de matriz para filial;
- III. de filial para matriz;
- IV. de sócio;
- V. de representante;
- VI. de procurador, sob qualquer condição.

13.10. O pagamento da despesa só será efetuado quando ordenado após sua regular liquidação, e esta por sua vez, depois do recebimento do objeto, estando vedada qualquer antecipação de pagamento sem o cumprimento das condições estabelecidas neste Edital.

13.11. Nenhum pagamento será efetuado a Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplemento contratual.

13.12. A Contratada arcará com todos os custos referentes à mão de obra direta e/ou indireta, acrescidos de todos os encargos sociais e obrigações de ordem trabalhista, recursos materiais, transporte, seguros de qualquer natureza, perdas eventuais, despesas administrativas, tributos e demais encargos necessários ao fornecimento do objeto deste Edital.



14. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar a contratação, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do objeto contratual, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no Contrato, e das demais cominações legais.

23

14.2. O Contratante deve determinar o prazo de aplicação da sanção, contando com o máximo de 5 (cinco) anos, tomando por pressupostos as especificidades de cada caso e a gravidade das condutas apuradas.

14.3. As sanções administrativas somente serão aplicadas pela Administração após a devida notificação e o transcurso do prazo estabelecido para a defesa prévia.

14.4. A notificação deverá ocorrer pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, onde será indicada a conduta considerada irregular, a motivação e a espécie de sanção administrativa que se pretende aplicar, o prazo e o local de entrega das razões de defesa.

14.5. O prazo para apresentação de defesa prévia será de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação, onde deverá ser observada a regra de contagem de prazo estabelecida no art. 110 da Lei nº 8.666/1993.

14.6. O descumprimento das obrigações, o atraso no cumprimento dos prazos contratuais ou sua inexecução total ou parcial, sujeita o Contratado à aplicação da penalidade de multa, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato, a qualquer tempo, e a aplicação das demais sanções legais cabíveis.

14.7. A multa que será imposta ao Contratado inadimplente será aplicada, preferencialmente, observando os seguintes percentuais e diretrizes:

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



I. multa moratória de 0,333% (zero vírgula trezentos e trinta e três por cento) por dia de atraso no cumprimento da obrigação principal, até o limite de 9,99% (nove vírgula noventa e nove por cento), correspondente até o trigésimo dia de atraso, calculado sobre o valor da respectiva parte inadimplente, excluída, quando for o caso, a parcela correspondente aos impostos destacados no documento fiscal;

II. Na hipótese de a multa moratória atingir o patamar de 10% (dez por cento) do valor total da contratação ou decorridos mais de 30 (trinta) dias de atraso na execução do serviço pactuado, a nota de empenho será cancelada e o Contrato rescindido, exceto se houver interesse público devidamente justificado da Administração na manutenção da avença, sem prejuízo da aplicação das demais sanções previstas na lei.

III. Em caso de atraso no cumprimento total da obrigação principal, será aplicada multa no percentual de 10% incidente sobre o valor total da contratação.

IV. Caso o cumprimento da obrigação principal, uma vez iniciado, seja descontinuado, será aplicado o percentual de 10% (dez por cento), calculado sobre o valor da respectiva parte inadimplente, isto é, sobre a diferença entre o valor total da contratação e o valor da parte do fornecimento já realizado.

V. Multa indenizatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da adjudicação da licitação em caso de recusa do licitante em assinar o contrato, ou recusar-se a aceitar ou receber o instrumento equivalente.

VI. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação, na hipótese da contratada injustificadamente, desistir da contratação ou der causa á sua rescisão, comportar-se de modo inidôneo, bem como nos demais casos de descumprimento da obrigação contratual, quando a Administração, em face da menor gravidade do fato e mediante motivação da autoridade superior, poderá reduzir o percentual da multa a ser aplicada.

14.8. Para os fins da Subcondição VI do item 14.7, reputar-se-ão inidôneos atos como os descritos nos artigos 90; 92, parágrafo único; 93; 94; 95, parágrafo único; 96 e 97, parágrafo único da Lei nº 8.666/1993.

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



14.9. O atraso, para efeito de cálculo da multa, será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do encerramento do prazo estabelecido para o cumprimento da obrigação.

14.10. A aplicação das multas de natureza moratória não impede a aplicação superveniente de outras multas previstas neste artigo, cumulando-se os respectivos valores.

14.11. A penalidade de multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções administrativas, sendo concedidos os prazos para defesa e recurso aplicáveis à pena mais gravosa.

14.12. O valor das multas aplicadas, após regular processo administrativo, será descontado do pagamento devido pela Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim cobrada judicialmente, se for o caso. Se os valores não forem suficientes, a diferença deverá ser recolhida pela Contratada no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, a contar da aplicação da sanção.

14.13. A Contratante poderá considerar outros fatos, que não o simples atraso na entrega do material, para entender cancelada a Nota de Empenho.

14.14. A empresa licitante deverá observar rigorosamente as condições estabelecidas no Edital, sujeitando-se às sanções constantes no art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e nos artigos 86 e 87, inc. II e § 1º da Lei nº 8.666/1993.

15. DA REVOGAÇÃO E/OU ANULAÇÃO DO CERTAME

15.1. Por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado ou por considerá-la inoportuna, a Administração poderá revogar a licitação, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, sem que tal ato possa gerar obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 da Lei nº. 8.666/93.

15.2. A anulação do procedimento licitatório induz à do instrumento contratual equivalente, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 da Lei 8666/93.

15.3. No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



15.4. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1. Este Edital será regido pelas regras e princípios publicistas, pelos Decreto Municipal nº. 16.114/2005, amparado pela Lei nº. 10.520/02 e subsidiariamente pela Lei nº. 8.666/93 com suas alterações, independente da transcrição das normas vigentes.

26

16.2. As normas que disciplinam esta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

16.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão se submeter às regras da Lei Complementar nº. 123/2006, que institui o Estatuto Nacional das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte com suas devidas alterações.

16.4. Os Licitantes deverão ter pleno conhecimento dos termos deste Edital, das condições gerais e particulares do objeto da presente licitação, não podendo invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo da correta formulação da documentação ou do integral cumprimento do contrato, não sendo aceitas reivindicações. Eventuais deficiências no atendimento dos requisitos e exigências para apresentação da documentação serão consideradas de responsabilidade exclusiva dos licitantes.

16.5. Todas e quaisquer despesas e/ou custos incorridos pelos licitantes em razão da presente licitação, incluindo os gastos relativos a preparação da documentação, correrão as suas expensas, sendo de exclusiva responsabilidade e risco, ficando a Câmara isenta de qualquer responsabilidade ou ressarcimento, independente do resultado da licitação.

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



16.6. Reserva-se a Pregoeira e/ou membro da equipe de apoio o direito de efetuar diligências com a finalidade de verificação da autenticidade e veracidade dos documentos e das informações apresentadas nas propostas.

16.7. A Pregoeira poderá solicitar em qualquer época ou oportunidade, informações complementares, caso julgue necessário.

16.8. Poderão ser convidados a colaborar com a Pregoeira, assessorando-a, quando necessário, profissionais de reconhecida competência técnica e qualquer outro servidor desta CMCI, não vinculados, direta ou indiretamente a qualquer dos licitantes.

16.9. Não se permitirá a qualquer dos licitantes solicitar a retirada de envelopes ou cancelamento de propostas após a sua entrega.

16.10. A pregoeira pode a qualquer tempo negociar o preço com o licitante vencedor a fim de almejar proposta mais vantajosa para a Administração.

16.11. Os casos omissos serão solucionados diretamente pela pregoeira ou autoridade competente, observados os preceitos de direito público, subsidiariamente, as disposições da Lei nº. 8.666/93.

16.12. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de Pregão e que não seja infringido o princípio da vinculação ao instrumento convocatório e da isonomia.

16.13. No interesse da Administração, sem que caiba aos participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

I. adiada a data da abertura desta licitação;

II. alterada as condições do presente edital, com fixação de novo prazo para a sua realização.

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



16.14. São partes integrantes deste Edital os seguintes anexos:

- I. Anexo I – Termo de Referência;
- II. Anexo II – Termo de Credenciamento (Modelo);
- III. Anexo III – Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação (Modelo);
- IV. Anexo IV – Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo (Modelo);
- V. Anexo V – Declaração de Cumprimento ao Disposto no Inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal (Modelo)
- VI. Anexo VI – Declaração de Não Enquadramento nas Vedações da Lei Complementar 123/2006 (modelo)
- VII. Anexo VIII – Proposta

28

Cachoeiro de Itapemirim/ES, 08 de Outubro de 2018.

ROSA DE LIMA C. HEMERLY

Pregoeira

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO E SUA DESCRIÇÃO.

29

ITENS	DESCRIÇÃO DO OBJETO	QTDE	UNID.	MARCA
1	<p>APARELHO DE AR CONDICIONADO SPLIT PISO TETO, 60.000 BTU'S</p> <p>Filtro bio blue, sistema de filtragem que impede a proliferação de vírus e bactérias, proporcionando ar puro e limpo.</p> <p>Função swing, permite movimento contínuo das aletas para melhor distribuição do ar vertical e horizontal.</p> <p>Função timer, função sleep, função turbo e função auto start, baixo nível de ruído, gás refrigerante R-410A ecológico, selo procel imetro (A).</p> <p>Ciclo frio, auto diagnóstico, compressor rotativo, ponto de drenagem na evaporadora, voltagem trifásico 220V.</p> <p>Garantia mínima de 12 meses</p>	03	UND	
2	<p>SERVIÇO DE INSTALAÇÃO 03 APARELHO AR CONDICIONADO</p>	01	SERVIÇO	

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



2. DO FORNECIMENTO DO(S) PRODUTO(S)

2.1 O fornecimento será imediato no setor do Almoxarifado da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim.

30

3. DA GARANTIA

3.1 - Durante o prazo de validade a CONTRATADA fica obrigada a substituir os produtos sempre que houver vício, no prazo 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de notificação do problema, sem ônus para o CONTRATANTE.

3.2 - Durante o período de validade a CONTRATADA deverá assumir os custos de devolução/frete.

4. DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO

4.1 A fiscalização será exercida no interesse exclusivo da CMCI e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por qualquer inconsistência.

5. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE.

I. Emitir a Nota de Empenho, bem como fornecer todos os elementos que possam ser indispensáveis à execução dos serviços, conforme especificado neste Contrato;

II. Efetuar os pagamentos correspondentes às faturas emitidas dentro do prazo legal;

III. Atestar a entrega dos materiais, quanto a sua qualidade e quantidade, observando as condições estabelecidas neste Termo e demais documentos que integram esta contratação;

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



IV. Aplicar à Contratada as penalidades regulamentares e contratuais;

V. Exigir, a qualquer tempo, a comprovação das condições de habilitação da Contratada que ensejaram sua contratação.

31

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

6.1. A Contratada obriga-se a:

I. Não ceder ou transferir para terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, o objeto desta contratação, ressalvadas as hipóteses de transformação empresarial previstas no art. 78, inciso VI da Lei nº. 8666/93, desde que previamente autorizado por escrito pela Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim e a seu critério.

II. Observar as leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto da contratação, bem como, aplicáveis aos casos de subcontratação.

III. Atender prontamente às requisições da CMCI no fornecimento dos produtos nas quantidades e especificações deste Termo de Referência, a partir da solicitação mediante Nota de Empenho, responsabilizando-se pela qualidade do material entregue, especialmente para efeito de substituição imediata, no caso de não atendimento ao solicitado.

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



IV. Substituir ou complementar, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto desta contratação em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções de qualidade e/ou quantidade.

V. Indenizar quaisquer danos ou prejuízos causados a Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim ou a terceiros, por ação ou omissão no fornecimento do presente.

VI. Responsabilizar-se civil e penalmente pelos danos causados diretamente à Contratante, ou a seus bens, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto desta contratação.

VIII. Responsabilizar-se pelo custeio das despesas referentes ao transporte, embalagem e seguro quando da entrega dos materiais.

IX. Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim sempre que necessário.

X. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e demais ônus necessários à execução desta contratação.

7. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas decorrentes desta contratação serão suportadas pelos recursos destinados no Orçamento Geral da Câmara Municipal Cachoeiro de Itapemirim, para o exercício de 2018. O programa de trabalho e o elemento de despesa específicos constarão quando da emissão da respectiva Nota de Empenho.

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



ANEXO II - TERMO DE CREDENCIAMENTO (MODELO)

Cachoeiro de Itapemirim/ES, de de 2018.

À

Pregoeira – CMCI

Assunto: Credenciamento para a participação no Pregão nº.13/2018.

O(s) abaixo assinado(s), na qualidade de responsável(is) legal(is) pela Empresa XX, inscrita no CNPJ sob o nº XX vem pela presente, informar a V.S^{as}, que o(a) Sr^o.(^a) XX, Carteira(s) de identidade nº(s) XX (apresentar o original) é pessoa autorizada a representar, em todos os atos, a pessoa jurídica citada durante a realização do Pregão em epígrafe, podendo para tanto, assinar propostas de preços, oferecer novos lances verbais, transigir, interpor e renunciar a recursos, requerer, assinar, enfim, praticar todos os atos referentes ao certame.

Assinatura do Responsável Legal

(identificação/qualificação)

(nome do representante da empresa)

Obs.: Deverá ser apresentado documento que comprove que o subscritor tem poderes para a outorga

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



**ANEXO III - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE
HABILITAÇÃO (MODELO)**

Cachoeiro de Itapemirim/ES, de de 2018.

À

Pregoeira – CMCI

Assunto: Declaração de atendimento de exigências habilitatórias para participação no Pregão nº.13/2018.

O(s) abaixo assinado(s), na qualidade de responsável(is) legal(is) pela Empresa XX, inscrita no CNPJ sob o nº XX DECLARA, sob as penas da lei, principalmente a disposta no art. 7º da Lei nº 10.520/02, que satisfaz plenamente todas as exigências habilitatórias previstas no certame epigrafado, em obediência ao disposto no art. 4º, VII da Lei nº 10.520/02.

Assinatura do Responsável Legal

(Identificação/qualificação)

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



**ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO PARA
LICITAR (MODELO)**

À

Pregoeira – CMCI

REF.: Pregão N.º.13/2018.

DECLARAÇÃO

.....<<nome da empresa>>....., CNPJ
N.º,

.....<<endereço completo>>, declara sob as penas da lei que até a
presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para a sua habilitação na
licitação em referência, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

(Local), de de 2018.

Assinatura do Responsável Legal

(identificação/qualificação)

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



**ANEXO V - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO INCISO XXXIII
DO ART. 7º. DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (MODELO)**

À

Pregoeira – CMCI

REF: PREGÃO Nº.13/2018.

DECLARAÇÃO

(NOME DA EMPRESA), inscrita no CNPJ nº , por mediação de seu representante legal o(a) Sr(a) , portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº , DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

(Local), de de 2018.

Assinatura do Responsável Legal

(identificação/qualificação)

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



**ANEXO VI - DECLARAÇÃO DE NÃO ENQUADRAMENTO NAS VEDAÇÕES DA LEI
COMPLEMENTAR 123/2006 (MODELO)**

À

Pregoeira – CMCI

REF.: Pregão Nº.13/2018.

DECLARAÇÃO

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal Sr.(a) _____, portador(a) do documento de identidade nº _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, declara sob as penas da Lei, que cumpre os requisitos legais para qualificação como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), conforme art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006 e que não está sujeita a quaisquer dos impedimentos do § 4º do referido artigo.

(Local), _____ de _____ de 2018.

Responsável Legal da Empresa

Identificação/Qualificação

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



ANEXO VII
- PROPOSTA

ANEXO I- ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

38

1. DO OBJETO E SUA DESCRIÇÃO.

ITENS	DESCRIÇÃO DO OBJETO	QTDE	UNID.	VALOR UNIT	TOTAL	
1	APARELHO DE AR CONDICIONADO SPLIT PISO TETO, 60.000 BTU'S Filtro bio blue, sistema de filtragem que impede a proliferação de vírus e bactérias, proporcionando ar puro e limpo. Função swing, permite movimento contínuo das aletas para melhor distribuição do ar vertical e horizontal. Função timer, função sleep, função turbo e função auto start, baixo nível de ruído, gás refrigerante R-410A ecológico, selo procel imetro (A). Ciclo frio, auto diagnóstico, compressor rotativo, ponto de drenagem na evaporadora, voltagem trifásico 220V. Garantia mínima de 12 meses	03	UND			
3	SERVIÇO DE INSTALAÇÃO DE 03 APARELHO DE AR CONDICIONADO	01	SERV IÇO			

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

VALOR TOTAL POR EXTENSO

Declaramos que a validade da proposta é de 90 (noventa) dias, contados da data da abertura da mesma;

Declaramos que estão inclusos todos os custos de fornecimento e instalação, dentre eles, os encargos sociais, impostos, taxas, seguros, transportes, embalagens, licenças, despesas de frete e todas as demais despesas necessárias para o fornecimento do respectivo objeto.

Declaramos que os produtos ofertados são de boa procedência e que não fornecemos produtos adulterados, sob penas da legislação vigente.

FORMA DE FORNECIMENTO: IMEDIATA, CONFORME AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL.

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”